



SIMULADO FINAL

TJ RJ

Técnico De Atividade Judiciária
Pós-Edital

ESTRATÉGIA CONCURSOS

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **TJ-RJ**, cargo de **Técnico de Atividade Judiciária**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/oXNw4YaxweH1GrRv7>

01 - ABCDE	15 - ABCDE	29 - ABCDE	43 - ABCDE	57 - ABCDE
02 - ABCDE	16 - ABCDE	30 - ABCDE	44 - ABCDE	58 - ABCDE
03 - ABCDE	17 - ABCDE	31 - ABCDE	45 - ABCDE	59 - ABCDE
04 - ABCDE	18 - ABCDE	32 - ABCDE	46 - ABCDE	60 - ABCDE
05 - ABCDE	19 - ABCDE	33 - ABCDE	47 - ABCDE	61 - ABCDE
06 - ABCDE	20 - ABCDE	34 - ABCDE	48 - ABCDE	62 - ABCDE
07 - ABCDE	21 - ABCDE	35 - ABCDE	49 - ABCDE	63 - ABCDE
08 - ABCDE	22 - ABCDE	36 - ABCDE	50 - ABCDE	64 - ABCDE
09 - ABCDE	23 - ABCDE	37 - ABCDE	51 - ABCDE	65 - ABCDE
10 - ABCDE	24 - ABCDE	38 - ABCDE	52 - ABCDE	66 - ABCDE
11 - ABCDE	25 - ABCDE	39 - ABCDE	53 - ABCDE	67 - ABCDE
12 - ABCDE	26 - ABCDE	40 - ABCDE	54 - ABCDE	68 - ABCDE
13 - ABCDE	27 - ABCDE	41 - ABCDE	55 - ABCDE	69 - ABCDE
14 - ABCDE	28 - ABCDE	42 - ABCDE	56 - ABCDE	70 - ABCDE

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/YvSM>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Felipe Luccas*

1. Na frase “Porque a todos é concedido ver, mas a poucos é dado perceber.”, só não é possível afirmar que

- a) ver é universal.
- b) ver não é perceber.
- c) perceber é mais restrito do que ver.
- d) existe um contraste estabelecido na frase.
- e) perceber depende da vontade.

2. Assinale a opção que apresenta o texto que deve ser incluído entre os narrativos.

- a) O casarão ainda tentava exibir o luxo de tempos passados com azulejos portugueses e janelas imensas.
- b) Não vejo motivo algum para o uso de aparelhos eletrônicos em sala de aula.
- c) Evite falar qualquer coisa antes de conhecer os dois lados da história.
- d) A arara-azul deixou a horrível jaula onde definhava e agora voa livre pelo céu infindo.
- e) A sala permanecia silenciosa, iluminada apenas pela luz fraca do corredor.

3. Na escrita, ocorrem alguns processos de manipulação da realidade, como a reificação (tratamento de coisa dado ao homem) e a personalização, que dá características humanas a coisas ou animais. A opção abaixo que exemplifica uma personalização é:

- a) O silêncio tomou conta daquele velório por alguns momentos.
- b) Uma enorme cratera engoliu parte das casas afetadas após a enchente.

c) O projeto original sofreu diversas alterações ao longo da reforma.

d) Depois de tantos anos no mesmo emprego, ela decidiu resetar sua carreira profissional.

e) A crise econômica trouxe impactos severos no setor automobilístico.

4. Assinale a frase que mostra uma construção correta.

- a) Não há liberdade aonde reina o medo.
- b) A equipe permaneceu meio apreensiva diante das mudanças anunciadas.
- c) Perdão não havia para aqueles cujos os malfeitos persistiam aos olhos da ética.
- d) O churrasco só sairá amanhã senão faltar carne.
- e) O Brasil possui um vasto acervo de autoras à quem ainda devemos uma leitura mais atenta.

5. Nas opções a seguir há termos destacados que são referidos de forma diferente na continuidade do texto.

Assinale a opção em que essa referência é feita por um termo geral.

- a) As mudanças propostas geraram críticas, ainda que ninguém discuta a importância de realizá-las.
- b) A decisão foi tomada rapidamente pela assembleia, embora alguns moradores tenham protestado contra a escolha.
- c) Hoje em dia quem usa o celular em locais públicos está sujeito a perder o aparelho devido à criminalidade.
- d) A interdição da rodovia complicou o trânsito, mas a prefeitura não cogita retirar o bloqueio tão cedo.
- e) A paralisação dos professores da rede pública entra em seu décimo quinto dia sem previsão de retorno da greve.

6. Em todos os fragmentos textuais abaixo, há processos de retomada dos termos sublinhados; assinale a frase em que o processo é realizado por uma classe gramatical diferente das demais.

- a) Não tenha medo do amanhã; afinal, por que sofrer por algo que ainda não existe?
- b) Duas indústrias progridem hoje entre nós: a de grades e a de velas.
- c) Hoje o dia está ensolarado. Até parece que ele está pedindo praia.
- d) Li uma citação de Machado de Assis de que não tinha conhecimento.
- e) Como existem milhões de animais, não é possível listá-los todos aqui.

7. Assinale a opção em que se cometeu um erro no emprego de palavras parônimas ou homônimas.

- a) A juíza deferiu o pedido após a análise dos autos.
- b) O atleta acabou a corrida totalmente defesso.
- c) O governo federal distratou o contrato com a empresa de energia elétrica.
- d) A rainha demonstrou descrição ao comentar o episódio.
- e) A investigação contra o deputado só pode ter continuidade após o mandato parlamentar.

8. As frases abaixo foram modificadas da forma de voz passiva com o verbo ser para a forma de voz passiva com o pronome se.

Assinale a frase em que a modificação foi feita de forma correta.

- a) As casas foram interditadas pela Defesa Civil / interditou-se.
- b) Todo ano bilhões de reais são perdidos para a corrupção / se perde.
- c) Amanhã será anunciada a nova política de preços da Petrobras / Anunciar-se-á.
- d) Os dados foram divulgados nesta segunda-feira / divulgou-se.

e) Será votado o projeto de lei pelos deputados no fim de junho. / Votar-se-á

9. Assinale a opção que relaciona de modo **incorreto** o adjetivo à locução adjetiva destacada.

- a) O futuro está nas mãos da mulher que não se cala - eloquente.
- b) O juiz proferiu uma sentença que não admite contestação - irrefutável.
- c) Esta é uma parte do projeto que reflete sua essência - intrínseca.
- d) Era um resultado que não se podia prever - imprevisível.
- e) Havia algo no relato que não parecia corresponder à realidade - inverossímil.

10. Dentre as frases a seguir, adaptadas da obra Dom Casmurro, de Machado de Assis, assinale aquela em que houve troca indevida entre aquele e àquele.

- a) Mas é tempo de tornar àquele dia de novembro, um dia claro e fresco.
- b) Pois, meu caro colega, nada fez apagar àquele tempo da nossa convivência, os padres, as lições, os recreios...
- c) Efetivamente, o sino chamava os fiéis àquele serviço da última hora.
- d) Pois o mesmo sucedeu àquele sonho do seminário, por mais que tentasse dormir e dormisse.
- e) Então, vou-me embora. Eu vinha àquele negócio dos embargos...

11. Assinale a frase em que a expressão “é que” não está empregada para dar ênfase.

- a) Por que é que você saiu mais cedo hoje?
- b) Quanto é que um presidente ganha?
- c) Quando é que você saiu do trabalho?
- d) Como é que se chegou a esse resultado?
- e) Como a verdade é que a biblioteca desapareceu?

12. Assinale a frase que exemplifica a função emotiva da linguagem.

- a) Nasceu um vínculo de admiração entre mim e você.
- b) Amor é fogo que arde sem se ver.
- c) Sou um mistério para mim.
- d) Não se deixe levar pela raiva.
- e) Solidão não é estar só, é estar vazio.

13. Observe o seguinte texto argumentativo:

“Nós somos extremamente dependentes até nossos 2, 3 anos de idade. O ser humano não é que nem um bezerro ou um potro que sai da mãe já andando.”

Nesse caso, a argumentação do texto utiliza

- a) um exemplo.
- b) uma explicação.
- c) uma analogia.
- d) um apelo à inteligência.
- e) um apelo à emoção.

14. Leia o texto a seguir:

Ajudo pessoas e empresas a encontrar não só as novas possibilidades, mas a sintonizar com estas a energia e atitude que ajudem a torná-las histórias de sucesso.

Sobre a estruturação desse pequeno texto, assinale a afirmativa correta

- a) Há uma variante de construção nas formas verbais “encontrar” e “sintonizar”, que poderiam ser substituídas por “encontrarem” e “sintonizarem”, respectivamente.
- b) No texto, o conectivo “mas” tem valor de oposição.
- c) Na frase, o pronome demonstrativo “estas” se refere à expressão “pessoas e empresas”.
- d) O verbo “encontrar” tem por complemento tanto “não só as novas possibilidades” como também “a energia e atitude”.
- e) A forma verbal “ajudem” se encontra no modo subjuntivo para indicar evento futuro e incerto.

15. Assinale a opção em que a relação estabelecida entre as duas primeiras palavras sublinhadas se repete inadequadamente na continuação da frase.

- a) Picasso está para a pintura como Beethoven está para a música.
- b) Biblioteca está para livros como arquivo está para documentos.
- c) Nuvem está para mosquitos como cardume está para peixes.
- d) Baralho está para cartas como a Constituição está para leis.
- e) Raiz está para árvore como alicerce está para edifício.

16. A ambiguidade é um problema sério na escrita, pois compromete a clareza da mensagem. Todas as frases a seguir apresentam ambiguidade.

Assinale a opção em que ela é causada pela má colocação de uma palavra.

- a) Foi testemunhada a invasão do prédio.
- b) A construção da prefeitura foi rápida.
- c) A deputada deixou a plateia entusiasmada.
- d) O professor viu o aluno entrando na escola.
- e) Encontrei a obra e o artista de que gosto muito.

17. O texto argumentativo é aquele que apresenta razões para defender ou atacar uma opinião ou tese, com a finalidade de convencer alguém sobre algo.

Assinale o segmento que pode ser classificado como argumentativo, pois mostra uma tese e argumentos.

- a) Por pior que seja em dezenas de países, a democracia que conhecemos não é uma rele caixinha de papelão.
- b) Desde que façamos nossa parte, o sucesso será uma consequência natural do nosso esforço.
- c) O hábito da leitura não apenas enriquece nosso vocabulário, mas também melhora nossa capacidade de argumentação.
- d) Em uma sociedade fragmentada, cultivar a noção de cidadania é a única forma de corrigir o individualismo extremo.
- e) A existência humana se dá a partir de um espaço geográfico que tem vida e história, como defendia Milton Santos.

18. Assinale a frase em que o termo sublinhado é referencialmente identificado, de forma eficiente, para o leitor.

- a) Certo homem, funcionário da padaria, esqueceu a carteira no ônibus.
- b) Ayrton Senna se tornou um ícone do esporte para todas as gerações.
- c) O professor da universidade publicou recentemente um novo livro.
- d) A obra, muito comentada pela crítica, alcançou grande sucesso de vendas.
- e) 20 de novembro foi declarado feriado nacional.

19. A frase abaixo em que a preposição sublinhada tem valor semântico, não sendo exigida por nenhum termo anterior, é:

- a) A banca adiou as provas de um sábado para outro.
- b) A multidão cobra providências imediatas de autoridades.
- c) Regras de transparência já constam de normativos vigentes.
- d) O presidente voltou a se queixar por embargos de obras públicas.
- e) O candidato dispunha, em sua campanha, de muitos recursos.

20. Assinale a opção em que a palavra formada não se estrutura a partir de um mesmo processo.

- a) atrasar - atraso
- b) engasgar - engasgo
- c) mergulhar - mergulho
- d) tirar - tiro
- e) desmontar - desmonte

NOÇÕES DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA*Lilian Novakoski*

21. De acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), assinale a alternativa correta:

- a) A deficiência é caracterizada exclusivamente por impedimentos físicos ou sensoriais permanentes.
- b) A avaliação da deficiência deve considerar apenas critérios médicos e clínicos.
- c) A pessoa com necessidades complexas de comunicação é aquela que, por qualquer motivo, tem dificuldades significativas para compreender ou expressar mensagens de forma oral, escrita, gestual ou por meio de outras formas convencionais de comunicação, necessitando de recursos e estratégias alternativas ou aumentativas para viabilizar a interação social, o acesso à informação e a participação em atividades da vida cotidiana.
- d) A deficiência pressupõe incapacidade relativa para a vida civil.
- e) O poder público, junto à iniciativa privada e sociedade, deve adotar soluções destinadas à eliminação, à redução ou à superação de barreiras para a promoção do acesso a todo patrimônio cultural.

22. À luz da Lei nº 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade, assinale a alternativa correta:

- a) A acessibilidade limita-se à eliminação de barreiras arquitetônicas em edifícios públicos.
- b) A promoção da acessibilidade é dever exclusivo da União.
- c) A acessibilidade compreende a possibilidade de utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, transportes, sistemas e meios de comunicação.
- d) As adaptações razoáveis são facultativas ao poder público e aos particulares.

e) Os elementos do mobiliário urbano deverão ser projetados e instalados em locais que permitam que sejam utilizados apenas pelas pessoas portadoras de deficiência.

23. José é doador de sangue. Pelo menos duas vezes ao ano realiza doação ao banco de sangue de sua cidade. Conforme a Lei nº 10.048/2000, assinale a alternativa correta quanto ao atendimento prioritário:

- a) O atendimento prioritário é restrito às pessoas com deficiência física.
- b) O atendimento prioritário assegura apenas preferência em filas de bancos, não abrangendo outros serviços.
- c) O atendimento prioritário deve ser garantido às pessoas com deficiência, pessoas idosas, gestantes, lactantes, pessoas com criança de colo, pessoas com mobilidade reduzida, doadores de sangue e obesos.
- d) A lei assegura atendimento prioritário apenas em repartições públicas, não se aplicando a instituições privadas.
- e) O atendimento prioritário é restrito às pessoas com deficiência física e sensorial.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL*Tiago Zanolla*

24. À luz da Lei nº 10.633/2024, assinale a alternativa correta quanto à competência jurisdicional:

- a) Compete aos Juízos de Registro Público processar e julgar inventários, arrolamentos e requerimentos de alvará, por se tratarem de procedimentos ligados à formalização patrimonial.
- b) As ações relativas à sucessão por morte são sempre da competência dos Juízes de Direito em matéria de sucessões, inclusive quando cumuladas com investigação de paternidade.
- c) Os Juízes de Direito em matéria de sucessões não possuem competência para ações de prestação de contas de inventariantes e testamentários, que devem ser apreciadas pelos Juízos de Registro Público.
- d) Cabe aos Juízos de Registro Público processar e julgar feitos contenciosos e administrativos relacionados aos registros públicos, excetuado o registro civil das pessoas naturais.
- e) As ações diretas contra a Fazenda Pública envolvendo herança jacente e bens vagos são de competência dos Juízes de Direito em matéria de sucessões.

25. O Decreto nº 2.479/1979, que aprova o Regulamento do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, dispõe sobre as penalidades disciplinares aplicáveis aos servidores. Acerca do tema, registre V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

- () A pena de advertência será aplicada verbalmente nos casos de negligência, devendo ser comunicada ao órgão de pessoal.
- () A pena de suspensão poderá ser aplicada em caso de reincidência em falta já punida com repreensão, não podendo exceder a cento e oitenta dias.
- () A pena de repreensão será aplicada exclusivamente nos casos de dolo ou má-fé no descumprimento dos deveres funcionais.
- () A destituição de função impede a aplicação de outra penalidade disciplinar quando o servidor também for ocupante de cargo efetivo.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

- a) V, V, F, F.
- b) V, F, V, F.
- c) F, V, F, V.
- d) V, V, V, F.
- e) F, F, V, F.

26. O Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro disciplina a competência do Órgão Especial. Acerca dessas disposições, registre V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

- () Compete ao Órgão Especial processar e julgar, originariamente, o Vice-Governador e os Deputados Estaduais nos crimes comuns.
- () Os Secretários de Estado serão processados e julgados pelo Órgão Especial apenas nos crimes comuns, ficando excluídos os crimes de responsabilidade.
- () Compete ao Órgão Especial processar e julgar habeas corpus quando o crime estiver sujeito à competência originária do Tribunal, desde que o coator não seja membro deste.
- () Os mandados de segurança e habeas data impetrados contra atos do Governador, da Assembleia Legislativa e do Corregedor-Geral da Justiça são de competência originária do Órgão Especial.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo:

- a) V – F – V – V
- b) F – V – V – F
- c) V – V – F – V
- d) F – F – V – V
- e) E F – V – F – V

27. À luz do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do TJRJ, no que se refere ao recolhimento de custas processuais e à tramitação de cartas precatórias, assinale a alternativa correta.

- a) As custas judiciais relativas aos feitos de competência originária do primeiro grau deverão ser recolhidas após a prática do ato processual, ressalvadas apenas as hipóteses de urgência.
- b) O recolhimento das custas de cumprimento de cartas precatórias oriundas de outros Estados deverá ser comprovado e certificado, como regra, no Juízo deprecante.
- c) Não comprovado o pagamento das custas acrescidas no prazo fixado, a serventia deverá, obrigatoriamente, promover a cobrança administrativa antes de devolver a carta precatória ao Juízo de origem.
- d) As cartas precatórias de trâmite exclusivo no Estado do Rio de Janeiro, expedidas por determinação judicial ou a requerimento do Ministério Público, exigem o recolhimento antecipado de custas.
- e) As custas referentes aos feitos judiciais de competência originária do primeiro grau de jurisdição são, como regra, pagas antecipadamente, admitindo-se exceções expressamente previstas no próprio Código de Normas.

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA*Antônio Daud*

28. João, Prefeito do Município Alfa, nomeou sua esposa, Maria, para o cargo de Secretária Municipal de Saúde. Além disso, nomeou seu primo, Carlos, para o cargo de assessor especial em seu gabinete. Inconformado, um vereador de oposição procura seu advogado para analisar a legalidade dos atos.

Considerando a situação hipotética e as disposições da Lei nº 8.429/1992, assinale a afirmativa correta.

- a) A nomeação de Maria é ilegal, configurando ato de improbidade que atenta contra os princípios da administração pública, visto que a proibição alcança a nomeação de parentes de até 3º grau, não alcançando, portanto, a designação de Carlos.
- b) Ambas as nomeações, de Maria e de Carlos, configuram ato de improbidade administrativa, pois a lei veda a nomeação de parentes até o terceiro grau para cargos em comissão ou de confiança.
- c) A nomeação de Carlos configura ato de improbidade que causa prejuízo ao erário, independentemente de sua qualificação técnica para o cargo.
- d) A nomeação de Maria para o cargo de Secretária Municipal de Saúde não configura ato de improbidade administrativa, por se tratar de cargo de natureza política, tampouco a nomeação de Carlos, parente de 4º grau.
- e) Nenhuma das nomeações caracteriza ato de improbidade administrativa, em razão da natureza política e especial dos cargos em questão, respectivamente.

29. Pedro, servidor público responsável pelo setor de licitações de uma autarquia estadual, frustrou, dolosamente, o caráter competitivo de um procedimento licitatório para aquisição de computadores, com o intuito de beneficiar a empresa de um amigo. A manobra não gerou sobrepreço ou qualquer prejuízo financeiro direto aos cofres públicos, mas a empresa vencedora não teria se sagrado vitoriosa em condições normais de competição.

Diante do exposto, e à luz da Lei de Improbidade Administrativa, a conduta de Pedro:

- a) não configura ato de improbidade, pois a lei exige a ocorrência de efetivo prejuízo ao erário para a caracterização do ato.
- b) configura ato de improbidade que causa prejuízo ao erário, mesmo sem dano financeiro, sujeitando Pedro à perda da função pública e suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos.
- c) configura ato de improbidade que atenta contra os princípios da administração pública, tendo em vista a ofensa à imparcialidade resultante da conduta irregular.
- d) constitui mero ilícito administrativo, passível de punição disciplinar, mas não de improbidade, pois o ato não resultou em enriquecimento ilícito do agente.
- e) configura ato de improbidade que causa prejuízo ao erário, especificamente por frustrar a licitude de processo licitatório, mesmo que a conduta não tenha causado dano ao patrimônio público.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO*Fabiano Pereira*

30. Assinale a alternativa **incorreta** de acordo com a Lei de Improbidade Administrativa nº 8.429/1992:

- a) Constitui ato de improbidade administrativa importando em enriquecimento ilícito realizar operação financeira sem observância das normas legais e regulamentares ou aceitar garantia insuficiente ou inidônea.
- b) Os atos de improbidade violam a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções e a integridade do patrimônio público e social dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como da administração direta e indireta, no âmbito da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.
- c) Os sócios, os cotistas, os diretores e os colaboradores de pessoa jurídica de direito privado não respondem pelo ato de improbidade que venha a ser imputado à pessoa jurídica, salvo se, comprovadamente, houver participação e benefícios diretos, caso em que responderão nos limites da sua participação.
- d) Independentemente de integrar a administração indireta, estão sujeitos às sanções os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade privada para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra no seu patrimônio ou receita atual, limitado o ressarcimento de prejuízos, nesse caso, à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.
- e) Nas hipóteses de fusão e de incorporação, a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido, não sendo aplicáveis as demais sanções previstas decorrentes de atos e de fatos ocorridos antes da data da fusão ou da incorporação, exceto no caso de simulação ou de evidente intuito de fraude, devidamente comprovados.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO***Fabiano Pereira*

31. No que se refere à organização da Administração Pública, especialmente quanto à centralização, descentralização, concentração, desconcentração e à distinção entre Administração Direta e Indireta, assinale a opção correta.
- a) A centralização administrativa ocorre quando o Estado transfere a execução de serviços públicos a entidades dotadas de personalidade jurídica própria, integrantes da Administração Indireta.
 - b) A descentralização administrativa caracteriza-se pela criação de órgãos públicos no interior de uma mesma pessoa jurídica, com distribuição interna de competências.
 - c) A desconcentração administrativa implica a criação de novas pessoas jurídicas, dotadas de autonomia administrativa e patrimônio próprio.
 - d) A Administração Pública Direta é composta pelos entes políticos e pelos órgãos que integram a estrutura dessas pessoas jurídicas, os quais não possuem personalidade jurídica própria.
 - e) A Administração Pública Indireta integra a estrutura interna da Administração Direta, submetendo-se integralmente à hierarquia administrativa dos entes políticos.

32. No âmbito do Direito Administrativo, os atos administrativos são estudados sob diversos aspectos, como conceito, requisitos de validade, atributos, classificação e espécies.

Considerando esse conjunto de elementos, assinale a opção correta.

- a) A presunção de legitimidade dos atos administrativos é absoluta, impedindo que o particular questione sua legalidade perante o Poder Judiciário, ao passo que a autoexecutoriedade, por decorrer diretamente do poder de império do Estado, está presente em todas as espécies de atos administrativos, independentemente de previsão legal específica.
- b) Atos administrativos gerais possuem destinatários indeterminados e finalidade normativa, dirigindo-se a uma coletividade de administrados, enquanto os atos internos produzem efeitos apenas no âmbito da própria Administração Pública, voltados à organização e ao funcionamento de seus órgãos, sem pretensão de atingir diretamente terceiros estranhos à estrutura administrativa.
- c) Ato administrativo é, em regra, manifestação bilateral de vontade, em que a Administração e o particular ajustam direitos e obrigações em situação de equilíbrio contratual, sendo essa bilateralidade elemento essencial para que o ato seja considerado típico da função administrativa.
- d) Motivo e motivação são expressões sinônimas, ambas designando o conjunto de pressupostos de fato e de direito que embasam o ato, bem como a exposição escrita desses fundamentos, de modo que não há distinção conceitual entre a situação fática que justifica o ato e o texto em que esses fundamentos são explicitados.
- e) O ato administrativo simples resulta da manifestação de vontade de diversos órgãos distintos, ainda que integrantes de uma mesma pessoa jurídica, sendo essa pluralidade de órgãos condição necessária para sua existência, pois a vontade administrativa somente se aperfeiçoa com a conjugação dessas manifestações.

33. No que se refere aos poderes da Administração Pública, assinale a opção correta.

- a) O poder disciplinar é exercido indistintamente sobre qualquer pessoa que pratique infração prevista em normas administrativas, alcançando todos os cidadãos, ainda que não possuam qualquer vínculo funcional ou contratual com a Administração, bastando que a conduta viole um dever geral de obediência às leis.
- b) O poder hierárquico caracteriza-se pela relação de subordinação entre pessoas jurídicas distintas, sendo próprio das situações de descentralização administrativa, nas quais uma entidade política ou administrativa exerce comando direto sobre outra, distribuindo e escalonando funções entre elas.
- c) O poder regulamentar confere ao Chefe do Poder Executivo a prerrogativa de editar decretos autônomos com força de lei em qualquer matéria, inclusive para criar obrigações e direitos originários aos particulares, ainda que não exista lei anterior a ser regulamentada, em razão da supremacia do interesse público.
- d) O poder de polícia administrativa, por incidir sobre direitos individuais, possui natureza estritamente vinculada, não admitindo qualquer margem de apreciação quanto à escolha dos meios, das medidas ou da intensidade das restrições impostas aos particulares, devendo o administrador apenas reproduzir, de forma mecânica, o que esteja previsto em lei.
- e) O poder hierárquico compreende prerrogativas como distribuir e escalonar funções entre órgãos e agentes, expedir ordens e instruções, fiscalizar o cumprimento dessas ordens, revisar atos praticados por subordinados e, ainda, delegar e avocar competências nos limites permitidos em lei, tudo no âmbito de uma mesma pessoa política ou administrativa.

34. De acordo com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133/2021, assinale a alternativa **incorreta**.

- a) Contratos que tenham por objeto operação de crédito, interno ou externo, e gestão de dívida pública, incluídas as contratações de agente financeiro e a concessão de garantias relacionadas a esses contratos não se subordinam ao regime desta Lei.
- b) Serviços não contínuos ou contratados por escopo são aqueles que impõem ao contratado o dever de realizar a prestação de um serviço específico em período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto.
- c) No anteprojeto deverá conter levantamentos topográficos e cadastrais, sondagens e ensaios geotécnicos, ensaios e análises laboratoriais, estudos socioambientais e demais dados e levantamentos necessários para execução da solução escolhida.
- d) É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra entre empresas brasileiras e estrangeiras, inclusive no que se refere a moeda, modalidade e local de pagamento, mesmo quando envolvido financiamento de agência internacional.
- e) Em se tratando de estudo técnico preliminar para contratação de obras e serviços comuns de engenharia, se demonstrada a inexistência de prejuízo para a aferição dos padrões de desempenho e qualidade almejados, a especificação do objeto poderá ser realizada apenas em termo de referência ou em projeto básico, dispensada a elaboração de projetos.

35. O controle da Administração Pública compreende mecanismos e instrumentos por meio dos quais se fiscalizam a legalidade, a legitimidade, a eficiência e, em certos casos, até a conveniência dos atos e atividades administrativas.

Nesse contexto, levando em conta o controle exercido pela própria Administração, o controle judicial e o controle legislativo, assinale a opção correta.

- a) Comissão parlamentar de inquérito, pedido de informação e convocação de autoridades são exemplos de instrumentos de controle político colocados à disposição do Poder Legislativo para fiscalização da atuação administrativa, permitindo a apuração de fatos, a obtenção de dados e a responsabilização de agentes públicos nos limites constitucionais.
- b) O controle por vinculação, também chamado de finalístico, caracteriza-se como controle interno decorrente de hierarquia, sendo exercido por órgãos superiores sobre órgãos subordinados no interior de uma mesma pessoa jurídica de direito público, com as mesmas prerrogativas de comando, revisão e sanção típicas da relação hierárquica.
- c) O controle de mérito dos atos administrativos, que envolve a análise de conveniência e oportunidade, pode ser exercido tanto pela Administração que editou o ato quanto pelo Poder Judiciário, que não se limita ao exame de legalidade, podendo rever livremente a escolha administrativa sempre que provocado por particular interessado.
- d) Mandado de segurança, habeas data e ação civil pública são instrumentos típicos de controle administrativo interno, utilizados pelos órgãos da própria Administração para rever atos, corrigir irregularidades e aplicar sanções, não se enquadrando como formas de controle judicial da atividade administrativa.
- e) O controle interno restringe-se ao Poder Executivo, enquanto o controle externo é de competência privativa do Poder Legislativo, sendo vedada a atuação do Poder Judiciário na análise da legitimidade ou legalidade de atos administrativos praticados pelos demais Poderes e pela Administração Indireta.

36. Com relação aos elementos estruturantes da responsabilidade civil estatal, suas excludentes, o dever de indenizar e o direito de regresso, assinale a alternativa correta.

- a) A responsabilidade civil do Estado é subjetiva, devendo o lesado comprovar dolo ou culpa do agente para que exista dever de indenização.
- b) O direito de regresso contra o agente público surge independentemente da existência de dolo ou culpa, bastando que o Estado seja condenado ao pagamento.
- c) A responsabilidade objetiva prevista no art. 37, § 6º, CF/88, exige ocorrência de dano, conduta administrativa, nexo causal e inexistência de causa excludente, sendo desnecessária a demonstração de dolo ou culpa.
- d) A culpa exclusiva da vítima não afasta o dever de indenizar, pois o risco administrativo impõe indenização integral mesmo quando o dano decorre totalmente da conduta da vítima.
- e) A responsabilidade estatal incide apenas em atos comissivos dos agentes públicos, não alcançando hipóteses de omissão administrativa.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Fábio Ramos

37. Suponha que Ross e Val, casados, cidadãos americanos, estavam de férias no Brasil quando, devido a uma intercorrência médica, Val deu à luz prematuramente ao seu filho Tanaka. Considerando o disposto na Constituição Federal, é correto afirmar que Tanaka

- a) é brasileiro nato e poderá perder sua naturalização se fizer pedido expresso de perda da nacionalidade brasileira perante autoridade brasileira competente, independente de qualquer situação.
- b) tem nacionalidade inata e no futuro poderá se candidatar para o cargo de Presidente e Vice-Presidente da República Federativa do Brasil.

- c) é brasileiro naturalizado e no futuro poderá ocupar o cargo de Presidente da Câmara dos Deputados.
- d) deve ser considerado como brasileiro nato, mas não poderá ocupar o cargo de oficial das Forças Armadas, pois seus pais são estrangeiros.
- e) E - apenas será considerado brasileiro após residir por um ano ininterrupto no Brasil e comprovar que tem idoneidade moral.

38. A partir da Emenda Constitucional nº 45/2004, uma importante mudança no nosso ordenamento jurídico aconteceu. Tibério, analisando a constituição, chegou à seguinte conclusão correta sobre os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos:

- a) sempre terão a natureza jurídica de lei ordinária, exigindo a sua aprovação pelo Congresso Nacional e a promulgação, na ordem interna, pelo Chefe do Poder Executivo;
- b) Podem ter a natureza jurídica de normas supralegais, se integrando, em qualquer hipótese, à ordem jurídica interna do país.
- c) podem ter a natureza jurídica de norma constitucional derivada, caso sua aprovação aconteça nas duas casas do Congresso Nacional, se dê em dois turnos de votação, com o voto favorável da unanimidade dos respectivos membros.
- d) podem ter a natureza jurídica de lei complementar, desde que o Congresso Nacional venha a aprová-los com observância do processo legislativo ordinário.
- e) sempre terão a natureza jurídica de emenda constitucional, exigindo, apenas, que a sua aprovação, pelo Congresso Nacional, se dê em dois turnos de votação, com o voto favorável de dois terços dos respectivos membros.

39. Tibruço, analisando a constituição federal, viu que, por meio da Emenda Constitucional nº 45/2004, a reforma do Judiciário instituiu o Conselho Nacional de Justiça, que tem composição plural, assim como o Conselho Nacional do Ministério Público. Lendo o texto, Tibruço ficou com dúvida e foi perguntar ao professor experiente no mundo dos concursos. O referido professor respondeu corretamente, à luz do texto constitucional, que:

- a) O presidente do CNJ não será obrigatoriamente um brasileiro nato.
- b) Todos os membros do CNJ e do CNMP que cometerem crime de responsabilidade serão julgados pelo Senado federal.
- c) O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de 14 membros com mandato de 2 anos, admitida 1 recondução e será presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal.
- d) Compete ao Conselho o controle da atuação administrativa, jurisdicional e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes.
- e) Terá na sua composição membros da justiça eleitoral.

40. O Tribunal de Justiça do RJ encaminhou ao Chefe do Poder Executivo a sua proposta orçamentária anual, a qual foi devolvida sob o argumento de equívoco no destinatário e da ausência de legitimidade do Tribunal para elaborá-la, bem como de que a proposta foi encaminhada em desacordo com os limites, não podendo o Poder Executivo jamais ajustar os valores.

Clóvis, estudioso do direito, analisou a narrativa acima e, usando a sistemática constitucional, chegou à seguinte conclusão sobre o entendimento do Chefe do Poder Executivo, que está

- a) totalmente equivocado, pois o Poder Judiciário, em razão de sua autonomia, deve elaborar a sua proposta orçamentária e encaminhá-la ao Poder

Executivo que pode ajustar os valores caso esteja em desacordo.

- b) totalmente certo, pois a proposta orçamentária é elaborada pelo Poder Executivo, responsável pela arrecadação tributária, e deve ser encaminhada ao Poder Legislativo.
- c) parcialmente certo, pois o Poder Judiciário tem legitimidade para elaborar a sua proposta orçamentária, mas deve encaminhá-la ao Poder Legislativo.
- d) parcialmente certo, pois o Poder Judiciário tem legitimidade para elaborar a sua proposta orçamentária, mas deve encaminhá-la ao Conselho Nacional de Justiça.
- e) parcialmente certo, pois, apesar de o Poder Judiciário não ter legitimidade para elaborar a sua proposta orçamentária, a análise inicial é feita pelo Poder Executivo.

41. Tibério, deputado federal eleito pelo Rio de Janeiro, após completar 24 anos de idade, caminhou do Rio até Brasília para protestar. Ele percebeu que o Presidente da República iria praticar um ato que lesaria o patrimônio público de sua cidade. À luz da sistemática constitucional afeta aos direitos e garantias fundamentais, Tibério poderá ajuizar

- a) ação popular que será julgada pelo STF, podendo ser proposta no estado onde ele se encontra (Brasília).
- b) ação civil pública que será julgada pelo STF.
- c) ação popular que será julgada pelo juiz federal.
- d) ação popular que será julgada pelo STF, mas deverá ser proposta no estado onde ele reside.
- e) Ação popular que será julgada pelo STJ.

42. Determinada causa foi endereçada ao Tribunal Superior Eleitoral. Esse Tribunal, ao apreciá-la, entendeu que a competência para processar e julgar a causa seria de um Tribunal de Justiça do RJ. Como esse último Tribunal entendeu que também não seria competente, suscitou conflito negativo de competência. À luz da sistemática constitucional, esse conflito deve ser apreciado pelo:

- a) Supremo Tribunal Federal;
- b) Superior Tribunal de Justiça;
- c) Conselho Nacional de Justiça;
- d) Tribunal Superior do Trabalho;
- e) Tribunal Federal de Recursos.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

43. Sobre os embargos de divergência, é correto afirmar que:

- a) Não poderão ser confrontadas teses jurídicas contidas em julgamentos de recursos e de ações de competência originária.
- b) A interposição de embargos de divergência no Superior Tribunal de Justiça não interrompe o prazo para interposição de recurso extraordinário.
- c) A divergência que autoriza a interposição de embargos de divergência pode verificar-se somente na aplicação do direito material.
- d) Cabem embargos de divergência quando o acórdão paradigma for da mesma turma que proferiu a decisão embargada, desde que sua composição tenha sofrido alteração em mais da metade de seus membros.
- e) No recurso de embargos de divergência, será observado o procedimento estabelecido pelo Conselho Nacional de Justiça.

44. Paulo ajuizou ação cujo objeto consiste em direito real sobre bem móvel. A ação foi ajuizada em desfavor de Carlos, cujo endereço é incerto e/ou desconhecido. De acordo com o Código de Processo Civil, Carlos poderá ser demandado

- a) no foro do local do bem móvel.
- b) onde for encontrado ou no foro de domicílio do autor.
- c) no foro de domicílio do autor, apenas.
- d) onde for encontrado, apenas.
- e) no foro do local do bem móvel ou onde for encontrado.

45. O exequente, em determinada ação de execução por título extrajudicial, teve notícias de que a empresa executada estaria abusando de sua personalidade jurídica, transferindo valores para o sócio de forma irregular e visando ocultar patrimônio. Diante disso, apresentou incidente de desconsideração da personalidade jurídica. De acordo com o Código de Processo Civil,

- a) O incidente de desconsideração é cabível apenas no processo de conhecimento e no cumprimento de sentença.
- b) Instaurado o incidente, o sócio será citado para manifestar-se e requerer as provas cabíveis no prazo de 30 (trinta) dias.
- c) Concluída a instrução, se necessária, o incidente será resolvido por sentença.
- d) instauração do incidente não suspenderá o processo.
- e) Acolhido o pedido de desconsideração, a alienação ou a oneração de bens, havida em fraude de execução, será ineficaz em relação ao requerente.

46. Em determinado processo judicial, houve indeferimento da petição inicial após sucessivas emendas não cumpridas. O autor, inconformado com o pronunciamento judicial, apresentou o recurso cabível. De acordo com o Código de Processo Civil,

- a) O recurso cabível é o agravo de instrumento, sem a possibilidade de juízo de retratação.
- b) O recurso cabível é a apelação, sem a possibilidade de juízo de retratação.
- c) O recurso cabível é o agravo de instrumento, com a possibilidade de juízo de retratação.
- d) O recurso cabível é a apelação, com a possibilidade de juízo de retratação.
- e) O indeferimento da petição inicial se dá mediante decisão interlocutória.

47. Em réplica, o autor juntou determinado documento para contrariar as teses da defesa na contestação. O réu, então, pretende arguir a falsidade do documento juntado. De acordo com o Código de Processo Civil,

- a) A falsidade deve ser suscitada no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da intimação da juntada do documento aos autos.
- b) Uma vez arguida, a regra é que a falsidade seja resolvida como questão principal.
- c) A falsidade deve ser suscitada no prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da intimação da juntada do documento aos autos.
- d) Deve ser realizado o exame pericial, ainda que a parte que produziu o documento concorde em retirá-lo dos autos.
- e) A falsidade não pode ser alegada após a réplica.

48. Maria ajuizou ação de indenização por danos morais e materiais em desfavor da Empresa X. Para instruir a sua inicial, Maria anexou contracheques, extratos bancários dos últimos 3 (três) meses antes da distribuição e declaração de hipossuficiência, com o objetivo de comprovar os requisitos para

que lhe fosse concedida a gratuidade de justiça. Quanto à gratuidade requerida, é correto afirmar que

- a) não poderá ser deferido se Maria estiver sendo assistida por advogado particular.
- b) a concessão de gratuidade afasta a responsabilidade do beneficiário pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência.
- c) a gratuidade poderá ser concedida em relação a algum ou a todos os atos processuais, ou consistir na redução percentual de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento.
- d) a alegação de insuficiência de recursos por Maria não gera presunção de veracidade.
- e) a concessão de gratuidade afasta o dever de o beneficiário pagar, ao final, as multas processuais que lhe sejam impostas.

49. Márcio foi recentemente empossado no cargo de Técnico de Atividade Judiciária e exercerá suas funções no gabinete de determinado juízo. Ao analisar determinado processo, pretende descobrir se é ou não o caso de intervenção do Ministério Público e as providências que deverá tomar. De acordo com o Código de Processo Civil, é correto afirmar que

- a) A participação da Fazenda Pública configura, por si só, hipótese de intervenção do Ministério Público.
- b) A existência de litígios coletivos pela posse de terra urbana é hipótese de intervenção do Ministério Público.
- c) O Ministério Público atuará na defesa de direitos individuais disponíveis.
- d) Nos casos de intervenção como fiscal da ordem jurídica, o Ministério Público terá vista antes das partes.
- e) Não se aplica ao Ministério público a prerrogativa de prazo em dobro para manifestações.

50. De acordo com o Código de Processo Civil, os atos meramente ordinatórios,

- a) dependem de despacho.
- b) não podem ser revistos pelo juiz.
- c) não podem ser praticados de ofício por servidor.
- d) têm como exemplos a juntada e a vista obrigatória.
- e) são privativos do juiz.

51. Na X Vara Cível do Rio de Janeiro, o juízo determinou a citação de réu residente no exterior. Ao se deparar com a referida decisão, o servidor deverá observar a necessidade de expedição de

- a) carta precatória.
- b) carta de ordem.
- c) carta rogatória.
- d) carta arbitral.
- e) carta citatória.

52. Pedro pretende ajuizar ação em desfavor da construtora X, utilizando-se de pedidos alternativos. De acordo com o Código de Processo Civil, na referida hipótese o valor da causa deverá corresponder

- a) à soma dos valores de todos eles;
- b) ao valor do pedido principal.
- c) ao pedido de menor valor.
- d) ao pedido de maior valor.
- e) a qualquer um dos valores dos pedidos.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

Renan Araujo

53. Após ser aprovado para o cargo de Técnico Judiciário do TJRJ, Pedro compareceu a uma palestra sobre os efeitos da lei processual penal no tempo.

Quanto à aplicação da lei processual penal no tempo, é correto afirmar que:

- a) A lei processual penal se aplica imediatamente, inclusive aos processos já em andamento, sem prejudicar a validade dos atos praticados sob a vigência da lei anterior.
- b) A lei processual penal se aplica desde logo, mas apenas às fases processuais futuras.
- c) A lei processual penal se aplica somente aos processos ainda não iniciados.
- d) A lei processual penal se aplica apenas a fatos criminosos ocorridos após sua entrada em vigor.
- e) A lei processual penal se aplica desde logo, inclusive aos processos em curso, desde que seja favorável ao acusado.

54. Foi instaurado inquérito policial, por iniciativa própria da autoridade policial, para apurar crime de roubo simples (reclusão de 4 a 10 anos e multa), cuja autoria recai sobre Breno. Durante as investigações, após representação do delegado, o juiz decretou a prisão preventiva do investigado para garantia da ordem pública. Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) O inquérito deverá ser concluído em até 10 dias, contados da instauração, sob pena de relaxamento automático da prisão.
- b) O investigado poderá constituir defensor, que somente terá acesso aos autos após autorização judicial.
- c) O delegado não poderia ter instaurado inquérito policial por iniciativa própria, pelo princípio da dispensabilidade.
- d) O arquivamento do inquérito por falta de justa causa impede a retomada futura da investigação, mesmo diante de notícia de prova nova.
- e) Caso o Ministério Público requeira arquivamento, além da vítima, o juiz competente também poderá submeter a matéria à revisão pelo órgão ministerial competente, se verificar flagrante ilegalidade ou teratologia na decisão de arquivamento.

55. Rodrigo praticou crime de moeda falsa privilegiada (detenção, de seis meses a dois anos, e multa), infração de menor potencial ofensivo. Embora primário, Rodrigo foi beneficiado há sete anos com suspensão condicional do processo. Nesse caso, sobre o acordo de não persecução penal, é correto afirmar que:

- a) Será possível celebrar acordo de não persecução penal, cabendo ao juiz homologá-lo.
- b) Será possível celebrar acordo de não persecução penal, a ser proposto pelo delegado.
- c) Não será possível celebrar acordo de não persecução penal, pois é a cabível transação penal na hipótese.
- d) Não será possível celebrar acordo de não persecução penal, por se tratar de crime contra a fé pública.
- e) Não será possível celebrar acordo de não persecução penal, pois Rodrigo já foi beneficiado com suspensão condicional do processo.

56. Larissa foi vítima de crime de ação penal privada, supostamente praticado por Felipe. Antes de ajuizar a queixa-crime, Larissa decidiu perdoar Felipe e não ingressar com a ação; já Camila foi vítima de crime de ação penal privada praticado por Renato. Dez meses após descobrir a autoria, Camila ainda não havia ajuizado a queixa-crime.

Nesse caso, é correto afirmar que houve, nos casos de Larissa e Camila, respectivamente:

- a) renúncia ao direito de queixa e decadência.
- b) renúncia ao direito de queixa e perdão do ofendido.
- c) perdão do ofendido, em ambos os casos.
- d) perdão do ofendido e decadência.
- e) perdão do ofendido e renúncia tácita.

57. Sobre os sujeitos do processo, analise as afirmativas a seguir:

- I – O juiz que mantiver relação de amizade íntima com uma das partes será considerado impedido, não podendo atuar no processo.
- II – O assistente de acusação poderá ingressar enquanto não houver o trânsito em julgado da sentença, recebendo a causa no estado em que se encontrar, inclusive na fase recursal.
- III – O defensor não poderá abandonar o processo sem justo motivo, previamente comunicado ao juiz, sob pena de responder por infração disciplinar perante o órgão correicional competente.
- IV – Se o acusado não tiver defensor, o juiz nomeará um, podendo o réu constituir outro ou se autodefender, caso tenha habilitação, desde que o faça até a prolação da sentença.

Está correto APENAS o que se afirma em:

- a) I e III
- b) I, II e IV
- c) II e III
- d) II, III e IV
- e) I e IV

58. Bruno foi denunciado pelo crime de receptação simples (art. 180 do CP – pena: reclusão, de um a quatro anos, e multa) pois teria adquirido um aparelho celular sabidamente produto de crime. Considerando o caso, é correto afirmar que:

- a) Deverá ser adotado o rito sumário, e a audiência de instrução e julgamento deverá ocorrer em até 60 dias.
- b) Deverá ser adotado o rito ordinário, podendo ser arroladas até 8 testemunhas pela acusação e 8 pela defesa, não computando as não compromissadas e as referidas.
- c) Deverá ser adotado o rito sumário, com apresentação de alegações finais escritas.
- d) Deverá ser adotado o rito sumário, com possibilidade de arrolar até 8 testemunhas pela acusação e 8 pela defesa.
- e) Deverá ser adotado o rito ordinário, e o réu terá 15 dias para apresentar resposta à acusação.

59. Carla foi denunciada por supostamente ter praticado o crime de homicídio qualificado pelo emprego de veneno contra seu ex-companheiro, Eduardo. Após a instrução preliminar, o juiz concluiu que, embora estivesse comprovada a materialidade, não havia indícios suficientes de autoria. Nesse caso, o juiz deverá:

- a) absolver sumariamente a acusada, gerando coisa julgada material.
- b) absolver sumariamente a acusada, mas tal decisão não fará coisa julgada material.
- c) impronunciar a acusada, gerando coisa julgada material.
- d) impronunciar a acusada, permitindo-se nova denúncia pelo mesmo fato, desde que baseada em novas provas, enquanto não extinta a punibilidade.
- e) pronunciar a acusada.

60. Rafael foi denunciado pelo crime de apropriação indébita (pena: reclusão de 1 a 4 anos e multa). Devidamente citado, o acusado constituiu advogado e apresentou resposta à acusação no prazo legal. Designada audiência de instrução e julgamento, Rafael foi intimado pessoalmente para o ato, mas não compareceu à audiência, sem justificativa.

Nesse caso, de acordo com o CPP, é correto afirmar que:

- a) O Juiz deverá suspender apenas o curso do processo.
- b) O juiz deverá suspender o curso do processo e do prazo prescricional.
- c) A ausência de Rafael não gera qualquer consequência processual.
- d) O processo seguirá sem a presença de Rafael, em razão da revelia.
- e) O juiz deverá adiar a audiência e determinar condução coercitiva do acusado.

61. Nos termos do CPP, não se inclui dentre as competências do juiz das garantias:

- a) ser informado sobre a instauração de qualquer investigação criminal.
- b) receber comunicação imediata de prisão em flagrante.
- c) receber o auto de prisão em flagrante para fins de controle da legalidade da prisão.
- d) decidir sobre produção antecipada de provas urgentes e não repetíveis, assegurados contraditório e ampla defesa em audiência sigilosa.
- e) determinar o trancamento do inquérito quando não houver fundamento razoável para sua instauração ou prosseguimento.

62. Sobre o habeas corpus, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) No âmbito de sua competência jurisdicional, qualquer autoridade judicial pode conceder *habeas corpus* de ofício, individual ou coletivo, quando, no curso de qualquer processo judicial, verificar que alguém sofre ou se acha ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção.
- b) Se o paciente estiver preso, nenhum motivo escusará a sua apresentação.
- c) No julgamento do habeas corpus, a decisão será tomada por maioria de votos. Havendo empate, se o presidente não tiver tomado parte na votação, proferirá voto de desempate; no caso contrário, prevalecerá a decisão mais favorável ao paciente.
- d) Ordenada a soltura do paciente em virtude de habeas corpus, será condenada nas custas a autoridade que, por má-fé ou evidente abuso de poder, tiver determinado a coação.
- e) O habeas corpus pode ser impetrado por qualquer pessoa, seja ela física ou jurídica.

de serventia, sendo a capacitação dos servidores medida acessória e facultativa.

- d) A simplificação de procedimentos e a unificação da metodologia de trabalho são objetivos secundários da gerência cartorária, priorizando-se a autonomia funcional das equipes.
- e) O aperfeiçoamento dos serviços judiciários constitui objetivo eventual da gerência do cartório, condicionado à disponibilidade orçamentária e à iniciativa dos servidores.

64. De acordo com o Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, no que se refere às reclamações disciplinares contra magistrados, assinale a alternativa correta.

- a) As reclamações disciplinares possuem caráter público, admitindo-se sigilo apenas após a instauração de processo administrativo disciplinar.
- b) Constatado defeito formal no requerimento, o Corregedor-Geral de Justiça deverá obrigatoriamente aguardar a complementação pelo reclamante antes de decidir sobre a apuração dos fatos.
- c) A notificação do magistrado acerca da reclamação disciplinar será realizada exclusivamente por mensagem eletrônica enviada à sua caixa postal institucional, independentemente de registro no sistema eletrônico.
- d) Verificada a improcedência manifesta da reclamação ou a inexistência de infração disciplinar ou ilícito penal, o Corregedor-Geral de Justiça poderá determinar o arquivamento de plano, sendo cabível recurso ao Órgão Especial no prazo de 8 dias.
- e) Interposto recurso contra a decisão de arquivamento, o magistrado será intimado para apresentar resposta no prazo de 8 dias corridos, contados da publicação no órgão oficial.

LEGISLAÇÃO

Tiago Zanolla

63. À luz do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, no que se refere à administração interna e à gerência dos cartórios judiciais, assinale a alternativa correta.

- a) A administração interna dos cartórios é exercida diretamente pelo juiz de direito, cabendo ao chefe de serventia apenas executar as ordens judiciais e administrativas.
- b) A organização interna dos cartórios deve observar os princípios da legalidade e da eficiência, sendo estruturada segundo o padrão do processamento integrado em equipes, sob a gerência do chefe de serventia e supervisão do juiz de direito.
- c) A gerência do cartório tem como finalidade exclusiva o fortalecimento da autoridade do chefe

65. À luz das Disposições Gerais do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, acerca das custas, emolumentos e taxa judiciária, assinale a alternativa correta.

- a) As serventias judiciais devem manter, em local visível ao público, quadro contendo exclusivamente as tabelas de custas e emolumentos, sendo facultativa a divulgação de orientações sobre irregularidades na cobrança.
- b) Configura falta funcional leve o recebimento direto, pelo servidor público, de valores destinados ao pagamento de custas ou emolumentos, desde que haja posterior repasse à instituição bancária.
- c) Em caso de paralisação total ou parcial da instituição bancária, o recolhimento das custas e da taxa judiciária deverá ser efetuado antes da prática do ato processual, por meio alternativo definido pela serventia.
- d) As serventias judiciais devem afixar, em local de fácil acesso e leitura, quadro com dimensões mínimas previstas em norma, contendo tabelas atualizadas de custas, aviso de consulta no site do Tribunal e orientação para comunicação de irregularidades à Corregedoria.
- e) O recebimento direto de valores destinados ao pagamento de custas e taxa judiciária pelo servidor é admitido quando houver autorização verbal da chefia imediata.

66. De acordo com o Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, no que se refere à verificação, certificação e regularidade do recolhimento das custas e da taxa judiciária, assinale a alternativa correta.

- a) A verificação do recolhimento das custas e da taxa judiciária poderá ser realizada pelo contador judicial sempre que houver dúvida quanto ao valor devido, independentemente de determinação judicial.
- b) É admitido o arquivamento de processos findos sem a certificação do pagamento integral das

custas, desde que o débito seja de pequeno valor e não haja prejuízo às partes.

- c) Compete exclusivamente às serventias judiciais processantes verificar o exato recolhimento das custas e da taxa judiciária antes da prática de atos decisórios ou auxiliares, devendo a certidão indicar valores corretos, códigos adequados e eventuais diferenças apuradas, sob pena de falta funcional.
- d) A remessa dos autos aos contadores judiciais para cálculo de custas é obrigatória sempre que se tratar de processos antigos ou findos, dispensada a certificação da serventia.
- e) É permitida a baixa de processos judiciais que contenham débitos de custas e taxa judiciária, desde que haja previsão de cobrança administrativa posterior.

67. De acordo com o Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, acerca das atribuições das equipes de processamento integrado das serventias judiciais, assinale a alternativa correta.

- a) A equipe de digitação é responsável pelo atendimento ao público, controle de material e expedição de correspondências, além da restauração de capas processuais.
- b) A equipe de processamento exerce atividades relacionadas à movimentação dos autos e à aplicação de despachos ordinatórios, bem como outras atribuições processantes que lhe forem atribuídas pelo juiz ou pelo chefe de serventia.
- c) As serventias eletrônicas ou híbridas são obrigadas a manter todas as equipes previstas, sendo vedada a redistribuição das tarefas entre elas.
- d) O rodízio de atendimento ao público deverá ser fixo e permanente, sendo vedada a designação de estagiários para essa atividade.
- e) Os cartórios com menos de quatro servidores estão dispensados do processamento integrado, sendo permitida, nesses casos, a organização de bancas por numeração de processos.

68. De acordo com o Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, acerca das petições consideradas de juntada impossível, assinale a alternativa correta.

- a) Considera-se de juntada impossível a petição apresentada em processo arquivado, ainda que contenha pedido expresso de desarquivamento.
- b) É considerada de juntada impossível a petição física destinada a processo cuja competência tenha sido declinada, desde que ainda não tenha sido lançada a baixa no sistema.
- c) É considerada de juntada impossível a petição inicial encaminhada por e-mail funcional ou da serventia, salvo quando houver autorização expressa.
- d) Não se considera de juntada impossível a petição em papel destinada a processo físico, ainda que indique número diverso do processo correto, desde que seja possível a identificação da parte.
- e) A petição física sujeita à distribuição por dependência, quando deferido o pedido, deve ser normalmente juntada aos autos, independentemente de anotação no distribuidor.

69. Nos termos do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, quanto aos prazos que devem constar dos atos processuais, assinale a alternativa correta.

- a) O prazo para cumprimento de cartas precatórias e de todos os alvarás é de 30 (trinta) dias, inclusive o alvará de soltura.
- b) O prazo para resposta a expediente do Juízo é de 10 (dez) dias, salvo determinação judicial em contrário.
- c) O prazo de 30 (trinta) dias aplica-se apenas às cartas precatórias, não alcançando os alvarás.
- d) O prazo para resposta a expediente do Juízo é de 5 (cinco) dias, enquanto o prazo para cumprimento de precatórias e alvarás, exceto o alvará de soltura,

é de 30 (trinta) dias, salvo disposição legal ou determinação judicial em contrário.

- e) Os prazos previstos para cumprimento de precatórias e resposta a expediente do Juízo são meramente orientativos e não precisam constar dos atos processuais.

70. À luz do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, no que se refere às rotinas cartorárias, audiências e atuação de conciliadores nos Juizados Especiais, assinale a alternativa correta.

- a) As serventias dos Juizados Especiais podem elaborar livremente seus modelos de documentos, desde que observadas as diretrizes gerais do Tribunal de Justiça.
- b) As audiências realizadas nos Juizados Especiais serão sempre registradas por meio audiovisual, sendo vedada, em qualquer hipótese, a utilização do método tradicional de coleta de prova.
- c) As sessões de conciliação deverão ser gravadas, preferencialmente em meio audiovisual, em observância ao princípio da publicidade dos atos processuais.
- d) O acesso dos conciliadores à serventia e aos autos dos processos depende de autorização prévia do juiz responsável pelo Juizado.
- e) Os conciliadores poderão presidir audiências de conciliação ou preliminares, sob supervisão do juiz ou de quem este indicar, sendo vedado ao serventuário atuar como conciliador sem autorização expressa do Corregedor-Geral de Justiça.

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>